

CLASSES QUE SE MOVIMENTAM

O que reclamam os ferroviários da C. P. Reivindicações dos telegrafo-postais

O Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro Portugueses vai apresentar à Companhia reclamações que abrangem o pessoal das oficinas gerais, depósitos, reservas, circunscrições, oficinas de Ovar, interno e externo, creosotagem do Entroncamento, todo o pessoal de via e obras, o das oficinas de telefones e mais serviços da Companhia

- 1.º Que o bilhete de identidade, em meça, desde já a valer como passe de circulação, em toda a rede da companhia.
- 2.º Que aos oficiais de officio e equiparados, seja concedido o passe de 2.ª classe, para si e suas famílias e demais pessoal, em 3.ª classe.
- 3.º Que seja incluído no ordenado fixo, que actualmente anexo, a subvenção de 12 escudos a que se refere a Ordem da D. G. 123. Isto é, para o computo dos mínimos, dos salários ou mensalidades.
- 4.º Que lhe seja concedido um subsídio mensal de 12 escudos, para renda de casas, que actualmente se dá a diversas categorias de empregados.
- 5.º Que a todo o pessoal das Oficinas, Depósitos, Reservas e Circunscrições, lhe seja paga o salário de sete (7) dias por semana.
- 6.º Que o abono por doença estranha ao serviço, seja incluído ao pessoal operário, que pertença à Caixa de Reformas, por inteiro e ao pessoal não associado 75 por cento do seu ordenado.
- 7.º Que aos reformados e pensionistas, lhes seja concedida uma subvenção de 16 escudos mensais, para auxílio de carência da vida.
- 8.º Que a exemplo do que se pratica nos caminhos de ferro estrangeiros, a saída aos sabados seja, para o pessoal operário, às 12 horas, com as férias já recebidas.
- 9.º Que as irmãs e filhas viúvas ou divorciadas, sejam concedidas as mesmas regalias, que se concedem às irmãs e filhas solteiras; isto é: bilhete de identidade valido nas linhas combinadas.
- 10.º Que a todo o pessoal com 6 meses de casa, sejam concedidas as garantias que goza o pessoal do quadro.
- 11.º Que seja concedido, aos guardas das oficinas gerais, depósitos, reservas e circunscrições, o dia normal de 8 horas.
- 12.º Que aos maquinistas e fogueiros dos motores, máquinas de electricidade e fogueiros de guindaste das oficinas gerais, depósitos, reservas, circunscrições, oficinas de Ovar, oficinas de creosotagem, seja concedido o dia normal de 8 horas e pagas as horas de refeição quando trabalharem.
- 13.º Que seja remodelado o regulamento interno das oficinas gerais, depósitos, reservas e circunscrições.
- 14.º Que aos guardas das oficinas gerais, depósitos, reservas e circunscrições, lhes sejam pagas as horas suplementares, além das 8 horas normais, e que sejam retirados dos serviços estranhos ao seu mister.
- 15.º Que aos limpadores de máquinas e carroçagens, capatazes e encabeadores, seja paga a deslocação à razão de 60 centavos por dia.
- 16.º Que os limpadores de máquinas com 2 anos de serviço, e 6 meses de prática de máquinas, tenham direito a concorrer ao lugar de fogueiros.
- 17.º Que para o efeito de transferência dos limpadores de carroçagens, se adote o aviso de 10 dias de antecedência.
- 18.º Que os armazéns de viveres forneçam os géneros ao pessoal, apenas com o lucro de 5 por cento para a companhia.
- 19.º Que seja reformada a Caixa de Reformas e Pensões em harmonia com as caixas de Reformas e Pensões dos ferroviários do Estado.
- 20.º Que ao pessoal do Depósito de Materiais das Oficinas Gerais, seja concedido o dia normal de 8 horas.
- 21.º Que ao dito pessoal lhes sejam abonados todos os feriados da República.
- 22.º Que lhes sejam pagas todas as horas suplementares.
- 23.º Que seja preenchida a vaga de fiel de armazem por escala hierárquica, pelos agentes desde a categoria inferior ao apontador, vencendo mais 5 escudos mensais que o distribuidor, e não permaneça mais de 4 anos nesta situação, devendo passar à categoria de apontador.
- 24.º Que o apontador não permaneça mais de 4 anos, nessa situação, passando à categoria de empregado de escritório, nunca com vencimento inferior à sua categoria, ficando depois sujeito às mesmas prescrições, que os empregados.
- 25.º Que seja preenchida a vaga de capataz, pelo que actualmente se encontra executando esse serviço.
- 26.º Que quando qualquer agente, exerça o lugar de outro de categoria superior, lhe sejam abonados os vencimentos da categoria que substituiu, quando essa substituição seja por mais de 24 horas.
- 27.º Que a promoção a apontador, seja feita por escala hierárquica, pelos agentes de categoria inferior, incluindo o fiel de armazem.
- 28.º Que os agentes graduados, quando

foram deslocados por motivos de serviço para fora de Lisboa, seja abonada a deslocação à razão de 24 horas por dia, e à pró-rata dos seus vencimentos.

29.º Que ao pessoal graduado, não seja aplicada a baixa de classe, quando por qualquer falta tenha de ser punido e que seja atendida a sua defesa, verbal ou por escrito.

30.º Que o capataz seja equiparado aos seus vencimentos, aos das oficinas gerais.

31.º Que os serventes do quadro tenham as mesmas regalias, em tudo que diz respeito aos das oficinas gerais.

32.º Que o pessoal seja sujeito a um regulamento, que indique os deveres e penalidades ou passem a optar pelo regulamento das oficinas gerais.

33.º Que aos agentes distribuidores de óleos, às estações, seja abonada a deslocação de 21 horas por dia à pró-rata dos vencimentos, o percurso quilométrico.

34.º Que ao pessoal operário da exploração, ao serviço dos telegrafos, relógios, balanças e basculas, sejam pagas as horas suplementares, em harmonia com o que está estabelecido.

35.º Que ao pessoal no serviço na linha, lhe seja abonada a deslocação de 12500.

36.º Que a todos os contra-mestres e adjuntos, nos dias em que estiverem de piquete, lhes seja feito o abono à pró-rata dos vencimentos.

37.º Que sejam abonadas as horas suplementares, serões e trabalhos extraordinários de urgência, aos domingos e dias feriados.

38.º Que não sejam contados os domingos e dias feriados, como de licença pela Instrução 487, quando delas necessitem para antes ou depois de férias.

39.º Que aos chefes de brigada e equiparados, seja extensivo o prémio de saída do material.

40.º Que quando tenham que fazer serões, trabalhos aos domingos e dias feriados, lhes sejam pagos a dobrar.

41.º Que ao pessoal operário dos diversos serviços, lhe seja aplicada a Ordem da D. G. n.º 28, na parte que diz respeito, a 1/4 do vencimento de reforma a todo o pessoal com mais de 10 anos de casa, pela Caixa de Socorros.

42.º Que sejam abolidos os trabalhos de tarefa, ou quando a companhia tenha conveniência em manter os trabalhos nestas condições sejam divididos pelo pessoal que os execute, em partes iguais às horas, isto feito por escrito oficial da companhia, acabando assim com o sistema de regra de companhia.

43.º Que sejam considerados oficiais ou ajudantes, todos aqueles que para tal tenham feito exame profissional.

44.º Que sejam criados quadros de especialidade, onde o não haja, como por exemplo na secção 7, quadro de fingidores e pintores de letras, equiparados a tabela dos salários, aos mínimos estabelecidos.

45.º Que os auxiliares de máquinas, ferramentas e montadores de rodas, de todas as oficinas, reservas e depósitos, sejam equiparados aos oficiais de officio no seu vencimento, todos aqueles que tenham 6 anos de prática de máquinas de ferramenta, visto que eram considerados oficiais, antes da designação de auxiliares de ferramenta, e equiparados a ajudantes, todos os indivíduos que passaram de serventes ao serviço de máquinas.

46.º Que as horas suplementares sejam pagas a dobrar.

47.º Que ao pessoal da limpeza dos depósitos seja concedida a folga de 24 horas, de 8 em 8 dias.

48.º Que estas filhas sejam extensivas aos capatazes, acendadores e demais pessoal de reservas e circunscrições.

49.º Que os feriados dados pela companhia sejam extensivos a todo o pessoal, sem excepção.

50.º Que seja escalado um torneio de piquete, no depósito de Campolide, a exemplo do que se faz com os serralheiros e caldeireiros.

51.º Que a todo o pessoal operário seja abonada, quando deslocado, a deslocação de 380, em cada período de 24 horas.

52.º Que sejam colocados lanternas no depósito de Campolide, para bom arejamento e higiene das oficinas.

53.º Que ao pessoal operário externo, das oficinas de Ovar seja concedido o dia normal de 8 horas.

54.º Que sejam regulados os quadros internos e externos, das oficinas de Ovar, de forma que quando o pessoal do quadro interno seja destacado, lhes sejam abonadas as mesmas regalias, concedidas ao pessoal de tracção e electricidade.

55.º Que sejam pagas as deslocações e horas suplementares, junto com o mês em que é feito o pagamento.

56.º Que o pagamento de deslocações

seja extensiva a todo o pessoal auxiliar.

57.º Que ao pessoal auxiliar, com mais de 6 meses de serviço, seja considerado efectivo.

58.º Que a substituição de categoria superior seja feita por antiguidade e escala e que sejam pagas pelos ordenados dos substituídos.

59.º Que os serviços moderados sejam distribuídos pelo pessoal mais antigo e cansado.

60.º Que a todos os agentes que abandonaram o serviço, para se incorporarem nas fileiras militares, lhe seja garantido o lugar, na mesma categoria, em harmonia com a Ordem da D. G. n.º 78.

61.º Que seja concedido o dia normal de 8 horas, aos visitantes dos depósitos e reservas, e revisores do material e ajudantes.

62.º Que ao pessoal da carpintaria das oficinas gerais, oficinas de Ovar, pessoal interno e externo, creosotagem, depósitos, reservas e circunscrições e secções de Via e Obras, seja concedida a ferramenta necessária para a construção e reparação de carroçagens, vagões e trabalhos da construção civil.

63.º Que sejam alargados os quadros do pessoal operário das oficinas gerais, oficinas de Ovar, depósitos, reservas e circunscrições, de forma que haja o pessoal necessário para a boa execução do serviço e sejam afixados os quadros do pessoal nas respectivas secções.

64.º Que as licenças sem vencimento sejam concedidas a todo o pessoal, sempre que este as necessite, sem prejuízo dos dias de licença pela Instrução 487.

65.º Que a todo o pessoal com parte de doente, seja pago semanalmente o salário a que tem direito, visto que actualmente se não pratica assim.

66.º Que a companhia auxilie na medida do possível, a fundação de um sanatório para os tuberculosos ferroviários.

67.º Que sejam melhoradas as condições higiénicas, de todas as oficinas da companhia.

68.º Que sejam feitos de pedra e cal, os dormitórios para o pessoal operário de L.ª P.ª L.ª, R.ª Campolide, Entroncamento, Gaia e Ovar.

69.º Que os cabazes despachados com farnéis para o pessoal deslocado, sigam no primeiro comboio ao seu destino, devendo haver o máximo cuidado, para que se não extravie.

70.º Que todas as regalias concedidas aos chefes de brigada, sejam extensivas aos chefes de (cantão operário) das oficinas de Ovar.

71.º Que a todo o pessoal que seja transferido, por motivo de serviço, seja feito o abono de 20 0/0 sobre os seus vencimentos no primeiro mês de transferência.

72.º Que ao pessoal operário dos telefones, seja concedido o regulamento do pessoal operário das oficinas gerais, reservas, depósitos e circunscrições.

Que as deslocações por serviço na linha, além de 12 horas fora da sede sejam de 1500 por dia.

Que as horas de serviço na linha, (suplementares e de viagem), sejam pagas à pró-rata do vencimento como no serviço de tracção.

Que a todo o pessoal da Companhia, sejam concedidos os seguintes ordenados mínimos:

Pessoal das Oficinas Gerais, Oficinas de Ovar, Depósitos, Reservas e Circunscrições.

Contra-mestres, mensal, 1200; contra-mestres adjuntos e chefes de cantão, mensal, 1050; chefes de brigada e encarregados das oficinas, mensal, 900; maquinistas das motoras, mensal, 750; fogueiros das motoras e dos guindastes, mensal, 700; diárias: Oficiais de officio e equiparados, 2550; ajudantes e equiparados, 2500; aprendizes até 2 anos, 240; aprendizes além de 2 anos, 1500; serventes e limpadores de máquinas, 1550; capatazes de limpeza de carroçagens, 2500; Revisores de material equiparados a oficiais de officio, 2550; limpadores de carroçagens, 1550; Encabeadores, 2500; enforcadores, 1550; acendadores, 2500.

Pessoal operário da inspecção dos telegrafos, relógios, balanças e basculas:

Mensalidades: contra-mestres 1200; oficiais, 750; oficiais ajudantes, 600; serventes, 400.

Pessoal dos telefones:

Mensalidades: encarregado de officio, 850; oficiais, 750; ajudantes, 600.

Pessoal de depósitos de materiais das armazéns gerais:

Ajudante de distribuidor, mensalidade, 700; apontadores e distribuidores, equiparados à mesma categoria dos armazéns das oficinas gerais para efeito de vencimentos.

Que sejam concedidas diuturnidades: Aos contra-mestres e contra-mestres adjuntos, de 3 em 3 anos, com acesso a sub-inspectores e inspectores, com elevação de vencimento.

Aos chefes de brigada e equiparados, diuturnidades de 3 em 3 anos.

Aos oficiais e equiparados, e ajudantes e equiparados, diuturnidades de 3 em 3 anos.

Aos serventes, diuturnidades de 3 em 3 anos.

Aos apontadores, distribuidores, e ajudantes de distribuidor, capatazes e serventes dos armazéns gerais, diuturnidades de 3 em 3 anos.

Que as diuturnidades sejam concedidas a todo o pessoal que ainda as não tenha.

Que estas concessões comecem a vigorar desde o dia 1 de Maio de 1919.

A classe telegrafo-postal aprova, em assembleia magna, um relatório contendo as suas reclamações e que vai entregar ao governo

Reconhecimento das respectivas Associações de Classe.

Criação de um Conselho Consultivo que será composto pelos: Administrador geral, directores de serviço, um representante da Associação Commercial, um representante da Associação Industrial.

As atribuições deste Conselho são: Dar parecer sobre todas as medidas de carácter geral e de interesse público.

Criação de uma Junta Administrativa e Profissional que será composta pelos: Administrador geral, directores de serviço, um chefe de cada serviço escolhido de entre os especialistas dos assuntos a tratar, um representante de cada categoria indicado pelas Associações de Classe, com mandato revogável. A atribuição desta Junta são: Estudar as alterações que porventura se reconheçam necessárias introduzir nos serviços, estudar os assuntos de interesse moral e material relativos a pessoal.

Tratar das questões disciplinares. O estudo destas diferentes questões é de interesse dos elementos reputados necessários. Em assuntos disciplinares o arguido terá sempre o direito de assistir à reunião da Junta, assumida a sua defesa caso não prefira nomear um defensor.

Que não tenham applicação nos Serviços dos Correios e Telegrafos os decretos n.ºs 5229 e 5283 ou similares.

Constituição de uma comissão, com representação de delegados das Associações, destinada a rever a actual organização, introduzindo-lhe as modificações que julgar convenientes, devendo esse trabalho ser apresentado ao Conselho Consultivo, na parte que lhe interesse.

Que a classificação em concurso não se torne efectiva sem que decorram 30 dias a contar da sua publicação no Diário do Governo, afim de qualquer candidato poder recorrer, durante este prazo, para novo juri indicado pela Junta Administrativa e Profissional. Todo o processo de concurso será patente aos concorrentes a fim de poderem basear as suas reclamações.

Que as promoções dos chefes de estação e semaforicos a aspirantes se façam por concurso e antiguidade, devendo os mesmos funcionários, em qualquer dos casos, ter pelo menos 5 anos de serviço na categoria, ficando ressalvados todos os direitos aos actuais chefes.

Que no quadro de semaforicos haja apenas uma categoria.

Que para a nomeação de semaforicos seja exigido o curso de 1.º grau da Escola de Correios e Telegrafos.

Que a promoção aos lugares de chefes de guarda-fios se faça na seguinte proporção: Dois terços por antiguidade entre os guarda-fios que satisficam a um exame especial e um terço por concurso entre eles.

Que ao pessoal menor seja concedida a dispensa do limite de idade para a matrícula na Escola de Correios e Telegrafos. Que ao mesmo pessoal seja facilitada a frequência de qualquer dos cursos actuais, desde que apresentem habilitações iguais ou equivalentes às exigidas. Para a matrícula n.º 1.º grau será dispensado o exame de francez, que ali deverá ser cursado. Para a matrícula no 2.º grau será o curso das Escolas Commercial e Industrial equiparado ao 5.º ano dos liceus. Os candidatos a matrícula no 1.º grau não poderão ter menos de 7 anos de serviço nos quadros do pessoal menor, tendo direito a 75 % da sua matrícula; para a matrícula no 2.º grau terão direito a 50 %.

Criação de uma Escola Superior de Correios e Telegrafos.

Que os funcionários quando doentes, só possam ser visitados nos seus domicílios por facultativo nomeado pelos: Administrador geral, Directores, Inspectores ou Chefes de Serviços. Nos centros importantes de serviço a Administração Geral tratará médicos para prestarem a assistência aos funcionários doentes. Nas outras localidades da provincia, fará contratos especiais com os partidos municipais.

Para o 1.º caso o contrato será feito mediante concurso documental, sendo preferidos os médicos que sejam funcionários da Administração Geral.

Que a passagem à situação de inactividade se faça nos seguintes termos: a) A situação de inactividade compreende os funcionários que durante um ano tenham dado 180 faltas ao serviço, por doença devidamente justificada, incluindo os dias de licença para tratamento que tiverem tido. b) Os funcionários nesta situação perceberão os seguintes vencimentos: Até um ano de inactividade, todos os vencimentos certos e subvenção. De um a dois anos de inactividade, todos os vencimentos certos e subvenção. De um a dois anos de inactividade, o vencimento da categoria por inteiro. Por período superior, na seguinte proporção: a) Até 5 anos de serviço, 1/3 do vencimento de cate-

O grande exilio de arte
OLYMPIA
A Sacrificada
de Bertini
5 actos
Força oculta, 3.ª - Um romance, 4.ª

goria. b) De 5 a 10 anos de serviço, metade do vencimento de categoria. c) De 10 a 20 anos de serviço, 2/3 do vencimento de categoria. d) Com mais de 20 anos de serviço, o vencimento de categoria por inteiro. e) Os funcionários que, na situação de inactividade, completarem um ano, serão sujeitos a uma junta médica, que avaliará do seu estado. Se o funcionário, com mais de 5 anos de serviço, for julgado absolutamente incapaz para todo o serviço, dará vaga no respectivo quadro e poderá voltar à actividade do serviço quando julgado apto por uma nova junta a que seja submetido, mas só depois de decorrido um ano da 1.ª junta, aguardando a respectiva vaga. f) Se o funcionário tiver menos de 5 anos de serviço, o abono de 1/3 do vencimento de categoria não poderá exceder um ano. Expirado este prazo submeter-se-á o empregado a nova inspecção. Se o caso continue a impossibilidade de voltar ao serviço será licenciado sem vencimento. g) Os funcionários que a data se encontrem na situação de inactividade, nos termos do § 5.º do art. 420.º e do art. 421.º da Organização vigente, serão submetidos a uma junta médica especial, a fim de apurar se estão ou não em condições de regressar à actividade do serviço. h) Os funcionários julgados aptos poderão regressar à actividade do serviço, sendo-lhes concedidas as diuturnidades ou promoções a que tiverem direito. i) A Administração Geral, fiscalizará rigorosamente os funcionários nesta situação, castigando todos os que se prove claramente terem abusado dela, castigo que poderá obrigar o funcionário a repôr, por desconto mensal, as importâncias que tiver recebido nessa situação, perdendo o direito à contagem desse tempo para todos os efeitos. j) O tempo de inactividade será contado na totalidade, de para os efeitos de diuturnidades, que só serão applicadas na actividade do serviço.

Que a aposentação seja obrigatória aos 60 anos de idade e, pelo menos, 30 anos de serviço, sem qualquer prejuizo de vencimentos, sendo facultativa aos 25 anos de serviço com qualquer idade, também sem prejuizo de vencimentos.

A contagem do tempo para este efeito será desde a data da nomeação para o 1.º lugar do quadro, contando-se todo o tempo de serviço prestado como supra, jornalheiro ou na entrega de telegramas.

Que as colocações e transferências por conveniência do serviço se façam nas seguintes condições: a) Em primeira nomeação. b) Quando o funcionário tenha de desempenhar funções diferentes por motivo de promoção. c) Nos demais casos a transferência deverá ser acompanhada da conveniência do serviço que a determinar. Qualquer funcionário que se não conforme com a transferência poderá recorrer para a Junta dentro de 8 dias e terá pelo menos 15 dias para a effectivar depois da decisão da mesma Junta. d) Nas transferências por conveniência do serviço, será abonado ao funcionário um subsídio equivalente a um mez de todos os seus vencimentos, e transporte de mobilidade.

Que sejam eliminadas as seguintes penalidades: a) Inactividade de 1 a 2 anos com metade do vencimento de categoria ou sem vencimento algum. b) Regresso à categoria imediatamente inferior. c) Que as penalidades de advertência e repreensão verbal não sejam registadas nem applicadas na presença de empregados menos graduados ou na de mais modernos. d) Que as penalidades de suspensão de exercício e de vencimento por mais de 30 e até 180 dias, só implicarão a transferência do funcionário quando este tenha funções dirigentes. e) Aos funcionários a quem seja aplicada a pena de demissão, far-se-á o reembolso das quantias com que hajam contribuído para a Caixa de Aposentações.

Que os prémios e recompensas estabelecidos, sejam acrescidos dos seguintes: a) Os funcionários dos quadros da Administração Geral, bem como os jornalheiros, terão direito, por cada ano civil, a uma licença de 30 dias com todos os seus vencimentos, e ao pessoal em serviço nas Ambulâncias ser-lhe-á feito o abono correspondente às viagens que lhe pertencerem se estiverem ao serviço. b) Todos os funcionários ou jornalheiros poderão acumular esta licença durante dois anos e goz-la seguidamente. c) A todos os funcionários ou jornalheiros que não tenham querido ou podido gozar esta licença, far-se-á o abono de uma gratificação correspondente ao vencimento e exercício ou salários e abonos de viagem, quando se trate de pessoal em serviço nas Ambulâncias, correspondente à licença. d) Estas licenças ou gratificações substituirão as consignadas no art. 436.º da organização vigente e serão proporcionais à assiduidade do funcionário, não sendo contadas para este efeito as partes de doente até 3 dias mensais.

Que sejam modificadas pela forma seguinte as diuturnidades a que se refere o art. 477.º da organização vigente: 3.º oficiais e fleis de 3.ª classe com mais de 30 anos de serviço ou que tenham desistido da promoção a que se refere o § 2.º do art. 362.º serão equiparados nos seus vencimentos a 2.ª. oficiais. Chefes de estação e semaforicos e telefonistas até 5 anos de serviço, 3000; chefes de estação de 5 a 10 anos, 3540; de 10 a 20 anos, 4200; de 20 a 30 anos, 4800; com mais de 30 anos, 5400. Carteiros e boletineiros de 10 a 15 anos de serviço, 3540; com mais de 15 anos, 4200. Distribuidores de 1.ª classe e guarda-fios até 5 anos, 2240; distribuidores e guarda-fios de 5 a 15 anos, 3000; distribuidores com mais de 15 anos e guarda-fios, 3240; distribuidores de 2.ª classe com mais de 10 anos, 2880; distribuidores rurais com mais de 10

anos, 2620. Mecânicos até 5 anos, 3240; de 5 a 15 anos, 5520; com mais de 15 anos, 6240. Ajudantes de mecânicos até 2 anos, 2160; com mais de 2 anos, 2920. Serventes até 5 anos, 2400. Serventes de 5 a 15 anos, 3000; de 15 a 20 anos, 3540; com mais de 20 anos, 4000.

Que aos funcionários que em comissão sigam a prestar serviço em qualquer estação, seja adiantada a quantia correspondente a 15 dias de ajuda de custo. Se a comissão for inferior a 15 dias o saldo será descontado no vencimento relativo ao mês imediato àquele em que o funcionário houver exerecido a comissão. Os funcionários em qualquer comissão de serviço por períodos superiores a três meses terão direito ao abono da despesa de jornada à sua família, como se tivessem sido transferidos. A ajuda de custo aos guarda-fios será de 120 diários. A ajuda de custo aos chefes de guarda-fios será de 150 diários. Os guarda-fios terão direito ao abono de custo quando por mais de um dia prestem serviço dentro ou fora dos seus cantões, a mais de 10 quilómetros da sua residência oficial.

Que as gratificações sejam assim distribuídas: Gratificação de exercício extensiva a todo o pessoal: Pessoal maior, por ano, 1800; pessoal menor por ano, 1200. Esta gratificação será acumulável com a gratificação para falhas.

Que o subsídio de residência seja aumentado em 150 %. Para o pessoal que não tenha este subsídio: Pessoal maior, por ano, 900; pessoal menor, por ano, 600.

Que aos carteiros encarregados do pagamento de vales ao domicílio, co-branças e títulos e aos boletineiros encarregados do fornecimento de selos às estações urbanas, seja abonada a gratificação anual de 1200.

Que aos distribuidores de correio seja abonada a gratificação de 501 pela cobrança de cada título ou recibo.

Que a gratificação abonada aos guarda-fios que fazem serviço ao longo das vias ferreas seja extensiva aos que trabalham ao longo das estradas macadam.

Que o serviço extraordinário seja pago a dobrar ou por horas progressivas.

Que o serviço das noites nas centrais telegráficas de Lisboa e Porto seja pago na seguinte proporção: Pessoal maior, 3500; pessoal menor, 2500. Que o mesmo serviço nas estações telegrafo-postais de horário normal permanente seja pago na seguinte proporção: Chefes e sub-chefes das secções, 1550; oficiais e aspirantes, 1320; Divisores, 880; carteiros, 880; contínuos, 880; serventes, 670.

Que ao pessoal em serviço nas estações semaforicos e rádio-telegráficas situadas em ponto de difficil acesso ou distantes de povoação 10 quilómetros ou mais, por dia 040.

Que enquanto não for remodelado o serviço de ambulâncias o tempo de serviço ali desempenhado seja contado a dobrar para efeito de aposentação.

Que os abonos de viagem aos 3.º oficiais e aspirantes sejam feitos na razão de 3500 por cada dia de viagem.

Que os funcionários das categorias que desempenham as funções de chefe de ambulância será feito o abono de 1500 por cada viagem completa, como gratificação, independentemente do abono de viagem.

Os abonos de viagem aos funcionários que desempenham as funções de contínuos das ambulâncias serão feitos na razão de 2500 por cada dia de viagem.

Que as ajudas de custo ao pessoal das ambulâncias, quando retido em qualquer ponto do país, seja igual ao de viagem.

Que ao mesmo pessoal seja pago como serviço extraordinário todo o serviço desempenhado além de 7 horas.

Que os guarda-fios quando trabalhem fora dos seus cantões, tenham o abono de 510 por cada hora de serviço, se não estiverem a mais de 10 quilómetros de distância da sua residência oficial, e, caso contrário, terão direito ao abono de ajuda de custo.

Que os vencimentos de todo o pessoal sejam aumentados na seguinte proporção:

Vencimentos anuais: até 3000, 150 %; de 3010 a 4000, 120 %; de 4010 a 5000, 100 %; de 5010 a 6000, 80 %; de 6010 a 7200, 70 %; de 7210 a 8400, 60 %; 8410 a 10800, 50 %; de 10810 a 15000, 30 %; superior a 15000, 20 %.

Estes aumentos serão extensivos a todo o pessoal nas situações de actividade e aposentação.

Que os vencimentos e a categoria dos distribuidores de estações de 1.ª classe sejam equiparados.

Que os distribuidores de categoria dos distribuidores de estações de 1.ª classe sejam equiparados.

Que os distribuidores de telegramas e de correio da estação de Coimbra sejam incluídos nos quadros dos boletineiros e carteiros, continuando ali a fazer serviço nestas categorias.

Que nenhum funcionário possa receber vencimento inferior a funcionário mais moderno na categoria.

Que todo o funcionário que desempenhe funções superiores à sua categoria, seja abonado da diferença de vencimento e da de exercício correspondentes à categoria do funcionário substituído.

Que sejam incluídos nos quadros todos os supras que estejam ao serviço com carácter permanente.

Que o subsídio para fardamento a todo o pessoal menor seja de 400 anuais.

Que os descontos de imposto de rendimento e caixa de aposentações incidam unicamente sobre os vencimentos de categoria, sendo o primeiro reduzido na proporção seguinte:

Isenção até 10000; de 10000 a 15000, 6 %; de mais de 15000, 10 %.

A BATALHA em Coimbra re-
abacaria Pátia, rua da Sofia.

JESUS NA GUERRA

Novidade literaria da maior actualidade

As mais interessantes teorias sociais

A' venda — Preço 50 centavos 500 réis

Pedidos á EMPREZA EDITORA POPULAR

Rua do Poço dos Negros, 79 a 83 (26)

Propaganda ao olal
Série de folhetos em preparação
N.º 1
Necessidade da Associação
Por José Prat
Ao Trabalhador Indiferente
Por Pinto Quartim
Preço de cada 60 rs.

Junta Geral

DO

Distrito de Lisboa

Escola Profissional de Agricultura (Paia)
Admissão de alunos do sexo masculino:

Para os devidos efeitos se annuncia que até ao dia 30 do corrente mês de Abril se recebem na Secretaria da Junta Geral do Distrito de Lisboa, Rua dos Anjos n.º 213, pedidos de admissão de alunos internos na Escola Profissional de Agricultura, na Paia, destinada a educar indigentes, habilitando-os como profissionais de Agricultura, e onde se lhes fornecerá gratuitamente: alimentação, livros e artigos de ensino e vestuário.

São condições para admissão:

1.º — Ser orfão de família pobre, morto combatendo o inimigo, ou inutilizado nos campos de batalha.

2.º — Ser orfão de operário rural ou indivíduo invalidado por desastre em trabalhos agrícolas.

3.º — Ser abandonado, exposto ou desvalido e estar por isso conforme determina o decreto de 3 de Janeiro de 1888 a sua administração a cargo da Junta Geral.

São condições de preferência a idade compreendida entre 10 e 16 anos e habilitação com exame de instrução primária.

Os concorrentes, os seus tutores ou encarregados, enviarão os seus requerimentos para admissão ao Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Lisboa, feitos em papel comum e instruídos com os seguintes documentos:

1.º — Certidão de idade
2.º — Para os compreendidos na condição 1.ª de admissão — Atestado comprovativo passado pelo Ministério da Guerra, Conselho Tutelar do Exército de Terra e Mar, ou outra entidade oficial habilitada a passá-lo.

Para os compreendidos nas condições 2.ª ou 3.ª, atestado comprovativo passado pelas Juntas de Freguesia e confirmado pelas Camaras Municipais dos concelhos da residência.

3.º — Atestado médico em que se prove que se prova que o concorrente não sofre de doença contagiosa, ou deficitária que o iniba do exercer a vida agrícola, e, quando soffr, indicando a probabilidade de cura a tentar.

Lisboa, 11 de Abril de 1919.

O Director da Escola,
(a) Joaquim Pratos.

BARREIRO

Agradecimento

Augusto Antonio dos Santos e seus filhos agradecem a todas as pessoas e em especial a Sociedade Barreiros, que se dignaram e compunham o funeral de sua desditosa esposa e mãe, falecida no dia 17 do corrente.

OURO!!!

Mais barato e não se paga feito — **Só milagre!!!**

OURO

Comprem na conhecida e acreditada casa Paiva & Fraga.

Ha sempre grande sortido de cordões, correntes, anéis, alfinetes e mais objectos em 2.ª mão renovados com pouco feito.

4 a 12, R. da Palma, 4 a 12
Junto á Casa das Galoias
TELEFONE 3676

Leiam todos — Um folheto de boa propaganda em tempo de eleições, por E. Malatosta
Preço 2 centavos
Nesta administração ou no Cais do Sodré, 83

Banco Português e Brasileiro

SÉDE

Rua Augusta, 34 — Lisboa

FILIAL

P. Almeida Garrett — Porto

CAPITAL:

Esc. 3.500.000\$00

RESERVAS:

Esc. 1.405.000\$00

Agentes em todo o país

Depósitos à ordem e a prazo
em moedas portuguesas e estrangeiras

Compra e venda de câmbios

Correspondentes em todas as principais praças do mundo

Operações bancárias

de todos os géneros

Cartas de crédito e circulares sobre todos os países

Comp. Caminhos de Ferro Portuguezes

Sociedade anónima — Estatutos de 30 de Novembro de 1894

AVISO AO PÚBLICO

Tarifa especial n.º 4 — Grande velocidade para transporte de METÁLICO, VALORES E REEMBOLSOS

A. comegar em 15 de Maio de 1919 os preços de 2.ª da tarifa acima indicadas, applicaveis a recombolsos, são modificados como abaixo se indicam, sem prejuizo de, sobre eles, continuarem a incidir as sobretaxas que estejam em vigor á data da expedição.

Percurso. — Preço por fracção individual de

50000 — A 650 milímetros, 603; de 51 a 100, 6 5; de 101 a 150, 607; de 151 a 200, 609; de 201 a 250, 611; de 251 a 300, 613; de 301 a 350, 615; de 351 a 400, 617; de 401 a 450, 619; de 451 a 500, 621.

Em todo o mais ficam em vigor as condições da referida tarifa.

Lisboa, 19 de Abril de 1919. — O Director Geral da Companhia, (a) Ferreira de Mesquita.

Livros novos e usados

Comprim-se e vendem-se todas as obras de sociologia, arte e literatura no Mercado Literário de José de Silva Oliveira, Calçada do Combro, 38-A.

Comp. Cam. de Ferro Portuguezes

Sociedade Anónima — Estatutos de 30 de Novembro de 1894

Horário dos comboios

2.º Aditamento — em varias horas D 131

Linha de Cintra

Passo publico que, a partir de 1 de Maio proximo, serão postos em circulação os comboios a 1.ª, 1.30, 1.35 e 1.40 que, segundo o horário em vigor, partem de Lisboa, deviam comegar a circular desde 1 de Julho.

A partir de 15 de Maio serão postos também em circulação os comboios n.º 1351 (dos domingos e dias feriados), 1355 (nos dias úteis), 1300, 1310 e 1354 que, segundo em anuário n.º 131, só mais tarde deveriam comegar a circular.

Por motivo destas alterações é suprimido, a partir de 1 de Maio, o comboio n.º 1306.

Lisboa, 21 de Abril de 1919. — O Director geral da Companhia, Ferreira de Mesquita.

Grande Companhia de Transportes Maritimos

União Luso-Brasileira

(EM ORGANIZAÇÃO)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Esc. 10.000.000\$00

(Dez mil contos)

SÉDE PROVISORIA:

Rua dos Remolares, 7, 3.º — LISBOA

Agentes no Porto — Montenegro Chaves & C.ª, Praça de Almeida Garrett

A inscrição de acionistas para a fundação desta grande Empresa está aberta nos escritórios da séde provisoria, rua dos Remolares, 7, 3.º

Ações de 2000 (liberadas) em títulos de 1, 5, 10, 25 e 50 ações

Banqueiros da Companhia

Banco Nacional Ultramarino

Banco Portuguez e Brasileiro

GRANDES SAÍDOS

MEIAS
de cores e pretas

Para senhora:

Eram de	Vendo-se a
500	340
600	380
1000	650
1200	800
1500	1000
5000	2500

Para homem:

Eram de	Vendo-se a
400	300
500	360
600	450
700	500
1500	1000

CASA PROGRESSO
Rua D. Pedro V, 59 a 63
(Esquina da Rua da Rosa)

Comp. Caminhos de Ferro Portuguezes

Sociedade anónima — Estatutos de 30 de Novembro de 1894

EDITOS DE 30 DIAS

A contar da publicação do presente annuário serão editos de 30 dias para se habilitarem junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes os herdeiros do falecido agente Victoriano Oliveira Jorge ex-chefe de brigada da Officina do Depósito do Estacionamento, da Divisão de Material e Traction, a pensar por ele legada como pensionista da Caixa de Reformas e Pensões de reforma da Companhia, nos termos do Regulamento de 23 de Maio de 1897, e, em consequencia, o pedido em requerimento da Viuva Julia Dalgado Jorge também conhecida por Julia Amelia Dalgado e seus filhos Elias, Josefa e Victoriano.

Findo este prazo será tomada a liberação na conformidade das disposições do citado Regulamento para os devidos efeitos.

Lisboa, 23 de Abril de 1919. — O vice-presidente da comissão executiva, Thomaz José de Barros Queiroz.

A contar da publicação do presente annuário serão editos de 30 dias para se habilitarem junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes os herdeiros do falecido agente reformado da Divisão de Exploração Movimento, a pensar por ele legada como pensionista da Caixa de Reformas e Pensões de reforma da Companhia, nos termos do Regulamento de 23 de Maio de 1897, e, em consequencia, o pedido em requerimento da Viuva Emilia de Jesus Almeida Resa.

Findo este prazo será tomada a liberação na conformidade das disposições do citado Regulamento para os devidos efeitos.

Lisboa, 23 de Abril de 1919. — O vice-presidente da comissão executiva, Thomaz José de Barros Queiroz.

OURO

Mais barato e só pelo peso

NÃO SE PAGA FEITO

Cordões, Cadeias, Brincos, Travesseiros, Alfinetes para gravata e mais artigos que se vendem pelo peso.

Vende só

(75)

A Ourivesaria do Barateiro Pimenta
RUA DA PALMA, 2

IGRANDES ABATIMENTOS!

Solas, cabedais e artigos para sapateiro

Pomadas, graxas, etc.

Dirigir-se á

Travessa dos Remolares, 30, 1.º

Telefone 1304-Central

Quereis fazer economias!

COMPRAI NA

Louçaria do Poço Novo

Louças esmaltadas, vidros, jarras, candieiros, faianças, porcelanas, etc., etc. Serviços de jantar e almoço em faiança e porcelana.

Variedade em objectos para brindes. Sortimento (em artigos de uso domestico).

Apesar dos preços resumidos marcados nos artigos, os feitores de «A Batalha», tem o desconto de 6% (sendo 3% a favor do jornal).

Satisfazem-se encomendas para a provincia

— ilhas e colónias —

Largo do Poço Novo, 22 — Lisboa

(junto da C. do Combro, defronte da Palmeira)

Companhia das Aguas de Lisboa

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

CAPITAL 7.000.000\$

Por ordem do ex.º sr. presidente da mesa da assembleia geral, e nos termos dos artigos 21.º e 22.º dos estatutos, é esta convocada a reunir-se no dia 30 do corrente, pelas 13 horas, no escritório da Companhia, Avenida da Liberdade, n.º 20, para discutir e votar o relatório e contas da direcção e parecer do conselho fiscal relativos ao ano findo e eleger a mesa da assembleia geral e um membro efectivo e outro suplente do conselho fiscal.

Lisboa, 14 de Abril de 1919.

O vice-secretario,

Jodo Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria.



Não me ralo!

Vou ali á CHAPELARIA LUZITANA, e por um preço baratissimo, comprou um chapéu bom, bonito, bem acabado e duma solidão capaz de resistir a todos os vãos.

CHAPELARIA LUZITANA

Rua Arco Marquês do Alegrete, 45-51



CASA MARIPOSA

J. Vaz Ferreira

87, Rua dos Fanqueiros, 89

Casa que mais barato vende

Fatos para homens desde 16\$500
Casacos para senhores desde 8\$500
Lãs para vestidos desde 7\$60
Casas para blouses desde 4\$00

Grande sortido em confeções de peles. Panos para lençóis, panos crus, sarfies crus, panos brancos, riscados, zefires para camisas.

Especialidade em casacos de astrakan.

Grandes abatimentos em todas as fazendas

SIFILIS

Grande descoberta de plantas para a cura da sífilis e de todas as doenças que derivam da impureza do sangue. Centenas de pessoas se tem curado. Trata-se de todas as doenças por meio de ervas. Preço: 500 réis. Travessa da Oliveira, 21, rez-do-chão, directo, á Estrela.

Empreza Editora Popular

(Officinas Graficas)

Papelaria, Livraria, Tipografia, Encadernação e Carimbos de Borracha

Especialidade em BILHETES POSTAIS ILUSTRADOS e Livros escolares

R. do Poço dos Negros, 79 a 83-A — LISBOA Telef. 4009 G.